

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E  
EMPRESAS

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

## GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

### Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores do  
Grupo de Institutos, Fundações e Empresas  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas ("GIFE") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para pequenas e médias empresas" e Entidade sem finalidade de lucros - ITG 2022(R1).

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas ("GIFE"), de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

A auditoria das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, datado de 27 de maio de 2022.

### Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de maio de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Aragaki'.

Carlos Aragaki  
Contador CRC 1 SP 132091/O-1

# GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

## Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.872.924	3.850.534	Fornecedores	10	19.422	26.463
Recursos vinculados a projetos e convênios	5	2.576.898	1.964.336	Obrigações sociais e trabalhistas	11	378.107	304.952
Fundo Patrimonial	6	695.849	552.400	Impostos e contribuições retidos na fonte e a recolher	12	12.294	4.000
Outros créditos	7	256.676	949.014	Projetos vinculados a executar	13	4.103.403	2.768.666
Despesas antecipadas	8	19.265	13.172	Adiantamentos de associados	14	1.713.951	1.531.049
		<u>8.421.612</u>	<u>7.329.456</u>			<u>6.227.177</u>	<u>4.635.130</u>
<b>Total do ativo circulante</b>				<b>Total do passivo circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>	16		
Realizável a longo prazo				Patrimônio social		5.361.206	3.994.133
Fundo Patrimonial	6	2.783.396	2.209.598	Superávit acumulado		63.251	1.367.073
		<u>446.626</u>	<u>457.282</u>			<u>5.424.457</u>	<u>5.361.206</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>3.230.022</u>	<u>2.666.880</u>	<b>Total do patrimônio líquido</b>			
		<u>11.651.634</u>	<u>9.996.336</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>11.651.634</u>	<u>9.996.336</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	2022	2021
Receitas operacionais			
Atividades			
Contribuições associativas	18	3.766.214	3.443.300
Apoio Institucional		673.034	1.565.687
Receita de projetos e convênios - Restrito	19.a	1.793.798	1.361.352
Prestação de Serviços, líquido	19.b	232.160	2.390.615
Outras receitas operacionais		40.820	20.651
Trabalho voluntário	23	5.164	9.665
Receita Financeira	22	1.167.856	412.784
<b>Total</b>		<b>7.679.046</b>	<b>9.204.054</b>
Custos			
Custo com pessoal	20	(2.899.151)	(2.398.828)
Custos gerais com projetos e convênios	21	(2.890.112)	(3.492.375)
Trabalho voluntário	23	(4.251)	(8.535)
Custo tributário		(61.464)	(99.254)
Custo financeiro	22	(7.752)	(2.691)
<b>Total dos custo</b>		<b>(5.862.730)</b>	<b>(6.001.683)</b>
<b>Resultado Bruto</b>		<b>1.816.316</b>	<b>3.202.371</b>
Despesas operacionais e administrativas			
Despesas com pessoal	20	(938.839)	(965.569)
Despesas gerais com eventos	21	(606.895)	(755.949)
Despesas com depreciação		(50.048)	(47.772)
Trabalho voluntário	23	(913)	(1.130)
Despesas tributárias		(20.652)	
Despesas financeiras	22	(132.698)	(59.761)
<b>Total das despesas</b>		<b>(1.750.045)</b>	<b>(1.830.181)</b>
Outras receitas operacionais		-	-
Outras despesas operacionais		(3.020)	(5.117)
<b>Superávit do exercício</b>		<b>63.251</b>	<b>1.367.073</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	2022	2021
Superávit do exercício	63.251	1.367.073
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>63.251</u>	<u>1.367.073</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit/(déficit) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>3.773.525</u>	<u>48.060</u>	<u>3.821.585</u>
Incorporação do déficit acumulado	48.060	(48.060)	-
Aporte realizado	172.548		172.548
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>1.367.073</u>	<u>1.367.073</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>3.994.133</u>	<u>1.367.073</u>	<u>5.361.206</u>
Incorporação do déficit acumulado	1.367.073	(1.367.073)	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>63.251</u>	<u>63.251</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>5.361.206</u>	<u>63.251</u>	<u>5.424.457</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	63.251	1.367.073
Ajustes por:		
Depreciação	50.048	47.772
Baixa de ativo imobilizado	3.020	-
Aporte para Fundo Patrimonial	-	172.548
Variação nos ativos e passivos		
Redução / (aumento) nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	(612.562)	(1.215.354)
Outros créditos	692.338	535.384
Despesas antecipadas	(6.093)	269.538
(Redução) / Aumento nos passivos em		
Projetos vinculados a executar	1.334.737	(1.357.054)
Obrigações fiscais a recolher	8.294	(11.621)
Fornecedores e outras contas a pagar	(7.041)	(7.465)
Obrigações sociais e trabalhistas	73.155	(129.685)
Adiantamento de associados	182.902	413.857
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	<u>1.782.049</u>	<u>84.993</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(42.412)	(1.562)
Outros investimentos	(717.247)	(286.868)
Fluxo de caixa utilizados nas atividades de investimento	<u>(759.659)</u>	<u>(288.430)</u>
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>1.022.390</u>	<u>(203.437)</u>
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	3.850.534	4.053.971
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	<u>4.872.924</u>	<u>3.850.534</u>
	<u>1.022.390</u>	<u>(203.437)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas da administração às demonstrações** **(Em Reais)**

### **1 Contexto Operacional**

O GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (“GIFE” ou “Entidade”), constituído em 26 de maio de 1995, é uma associação civil sem fins lucrativos, que reúne organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, as quais investem em projetos com finalidade pública. Sua missão é aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum, contribuindo assim para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica dos investidores sociais privados.

Os recursos financeiros para manter a estrutura e atividades da organização advém fundamentalmente das contribuições recebidas de associados, do resultado gerado pelos seus ativos financeiros, dos recursos financeiros captados por meio de doações e patrocínios com fundações e outras organizações, além de receitas da pesquisa organizacional e de inscrições de eventos.

### **2 Apresentação das Demonstrações financeiras**

#### **a. Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e ITG 2002 (R1) Entidades sem finalidade de lucros.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 05 de maio de 2023.

Detalhes sobre as políticas da Entidade estão apresentadas na nota explicativa 3.

#### **b. Base de Mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

#### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

#### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis, durante a revisão dos controles internos de monitoramento e avaliação dos processos de análise das demonstrações, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para atender a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, conforme nossa Política de critérios para classificação de receitas, custos e despesas na gestão financeira do GIFE.

### **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração de valor justo, para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Entidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação.

- **Nível 1** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível 2** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico ou similar em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível 3** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

A Entidade reconhece as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 24.

## **3 Principais Políticas Contábeis**

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### **a. Instrumentos financeiros**

#### **(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

**(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

*Empréstimos e Recebíveis*

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras possuem risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Essas aplicações são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

*Recursos vinculados a projetos e convênios*

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos e convênios para fazer frente às obrigações desses projetos e convênios.

**(iii) Passivos financeiros não derivativos**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos:

- Fornecedores
- Projetos vinculados a executar
- Adiantamento de associados.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**(iv) Instrumentos financeiros derivativos**

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022 e 2021, incluindo operações de *hedge*.

**b. Imobilizado**

**Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Abaixo vidas úteis estimadas do ativo imobilizado da seguinte forma:

Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Imóveis	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada de data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**c. Intangível**

O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (*software*), que são amortizados usando-se método linear com vida útil estimada de 5 anos.

**d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

**Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de balanço para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

**e. Provisões e passivo circulante**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O passivo circulante é demonstrado pelo valor e conhecido ou calculável acrescido, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

**f. Demais ativos circulantes e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

**g. Patrimônio líquido**

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

**h. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As contribuições associativas são reconhecidas no resultado do ano a que se referem.

**(i) Contribuições**

As receitas de contribuições são reconhecidas contabilmente de acordo com os contratos firmados com financiadores adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados e as despesas incorridas.

**(ii) Donativos**

As doações para financiar os custos da Entidade são reconhecidas no resultado do exercício para o qual o recurso foi destinado pelo associado. Os valores recebidos por doações e empregados nos projetos são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e a crédito de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorre o empenho dos valores recebidos de terceiros em convênio e as despesas são reconhecidas, no mesmo momento as receitas com convênio são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida ao débito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.

**(iii) Gratuidades**

As receitas com gratuidades são reconhecidas contabilmente de acordo com o benefício de desconto firmado entre os fornecedores ou prestadores de serviços e a Entidade, adotando o critério de competência.

**(iv) Voluntariado**

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

**i. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

**j. Gerenciamento de risco financeiro**

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 25.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e as aplicações financeiras são constituídas conforme abaixo:

	2022	2021
Caixa e banco conta movimento	11	9.377
Certificado de depósitos bancários / Cotas de fundo de investimento (a)	4.872.913	3.841.157
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.872.924</b>	<b>3.850.534</b>

Estão substancialmente compostas por aplicações em cotas de fundos de investimentos renda fixa de curto prazo, administrados pelos bancos Itaú Unibanco S/A e Banco Bradesco S/A, com variação das taxas de juros pós-fixadas (Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI) e Certificado de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas, em 2022 a taxa de 97,5% a 100% do CDI do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

**5 Recursos vinculados a projetos e convênios**

	2022	2021
Aplicações financeiras - recursos com projetos e convênios (a)	2.576.898	1.964.336
	<b>2.576.898</b>	<b>1.964.336</b>

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos de parceiros que serão utilizados exclusivamente nos projetos a que estão vinculados.

- (a) As aplicações financeiras referem-se a títulos em renda fixa representados por Certificados de Depósitos Bancários-CDBs, remuneradas, em 2022 a taxa de 97,5% a 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).



## 6 Fundo Patrimonial

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
CDB DI	3.479.245	2.761.998
	<b>3.479.245</b>	<b>2.761.998</b>

Conforme definido no Estatuto, o GIFE constituiu um fundo patrimonial destinado a assegurar a perpetuidade da Entidade, sendo gerido de forma independente em relação ao custeio das operações ordinárias. O Fundo não poderá ser destinado a cobrir despesas ordinárias de custeio, salvo se precedido de autorização do Conselho de Governança que, todavia, não poderá autorizar o uso superior a 20% dos seus recursos no mesmo mandato.

O Fundo Patrimonial foi formado por contribuições específicas de associados e totalizava, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 3.479.245 (R\$ 2.761.998 em 2021). Em 2022 e 2021 é composto por Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e liquidez diária junto ao Banco Bradesco S.A., remuneradas a 97,5% a 100%.

## 7 Outros créditos

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Adiantamento de salários	17.461	-
Impostos a recuperar	507	507
Plataforma de recebimentos	2.068	3.347
Contas a Receber	236.641	945.160
	<b>256.676</b>	<b>949.014</b>

## 8 Despesas antecipadas

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Seguros a Vencer	5.450	2.503
Outras Despesas Antecipadas	13.815	10.669
	<b>19.265</b>	<b>13.172</b>

## 9 Imobilizado

	<b>Imobilizado Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Máquinas e Equipamentos	54.571	(13.046)	41.525	23.065
Móveis e Utensílios	180.789	(68.442)	112.347	128.987
Instalações	173.315	(56.922)	116.393	132.683
Instalações Telefônicas	8.987	(8.193)	794	1.082
Imóveis	419.085	(271.006)	148.079	151.547
Computadores e periféricos	102.249	(74.760)	27.489	19.918
	<b>938.996</b>	<b>(492.370)</b>	<b>446.626</b>	<b>457.282</b>

<b>Movimentação do Imobilizado - Custo</b>	<b>2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixa</b>	<b>2022</b>
Máquinas e Equipamentos	37.761	22.125	(5.315)	54.571
Móveis e Utensílios	263.036	-	(82.247)	180.789
Instalações	364.110	-	(190.794)	173.315
Instalações Telefônicas	20.211	-	(11.225)	8.987
Imóveis	419.085	-	-	419.085
Computadores e periféricos	231.921	20.287	(149.958)	102.249
	<b>1.336.124</b>	<b>42.412</b>	<b>(439.540)</b>	<b>938.996</b>

<b>Movimentação do Imobilizado- Depreciação Acumulada</b>	<b>2021</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>2021</b>
Máquinas e Equipamentos	14.696	(5.315)	3.666	13.047
Móveis e Utensílios	134.049	(82.247)	16.640	68.442
Instalações	231.426	(190.794)	16.291	56.922
Instalações Telefônicas	19.130	(11.225)	288	8.193
Imóveis	267.538	-	3.468	271.006
Computadores e periféricos	212.003	(146.937)	9.695	74.760
	<b>878.842</b>	<b>(436.519)</b>	<b>50.047</b>	<b>492.370</b>

## 10 Fornecedores

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Contas a pagar	11.500	19.281
Cartão de crédito	7.921	7.182
	<b>19.422</b>	<b>26.463</b>

Em 2022, o valor é composto pela provisão de fornecedores em dezembro/2022 pagos em janeiro de 2023, sendo ligados a atividades da operação administrativa e de infraestrutura da organização.

## 11 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Inss a recolher	-	88.137
Imposto de renda clt	-	2.606
Pis sobre folha	-	470
Provisão de férias	281.120	158.913
Encargos sobre férias	96.987	54.826
	<b>378.107</b>	<b>304.953</b>

## 12 Impostos e Contribuições retidos na fonte e a recolher

	2022	2021
Impostos Retidos de Terceiros	232	-
Cofins a Recolher	1.761	-
Itrcmd	-	4.000
Inss Terceiros	10.301	-
	<b>12.294</b>	<b>4.000</b>

## 13 Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os projetos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade bem como os montantes utilizados na execução dos convênios (aplicados).

### Movimentação dos recursos vinculados à projetos

Projeto / Evento	Saldos em 31/12/2021	Valores recebidos	Recurso aplicado	Saldos em 31/12/2022
Seminário de Avaliação	680.400	-	649.205	31.195
Patrocínio Mostra	372.375	-	-	372.375
Patrocínio Congresso	-	1.880.000	213.940	1.666.060
RLEQT	190.505	26.779	217.192	92
Agenda de Avaliação	175.416	281.000	268.653	187.763
Sociedade Viva	149.694	-	89.220	60.474
Equidade Racial	132.128	3.543	91.635	44.035
Projeto ISP Por	90.971	-	34.071	56.900
Movimento por uma Cultura de Doação	62.091	230.000	181.762	110.329
Garantia de Direito a Crianças e Adolescente	60.000	-	45.410	14.590
Promoção Grantmaking	19.533	-	18.353	1.180
Rede Narrativas	12.005	-	2.060	9.945
Redes Temáticas	10.615	-	10.615	-
Fundo BIS	8.605	8.800	8.643	8.762
Inscrição Eventos	-	1.200	-	1.200
Conjunta	-	7.440	7.440	-
Filantropia Negra	-	40.000	40.000	-
Mudanças Climáticas	-	206.846	206.846	-
RIS-DF	-	16.000	4.000	12.000
<b>Total dos Projetos</b>	<b>1.964.336</b>	<b>2.701.608</b>	<b>2.089.046</b>	<b>2.576.898</b>
Apoio Institucional	804.330	1.503.409	781.233	1.526.505
<b>Outros recursos Vinculados</b>	<b>804.330</b>	<b>1.503.409</b>	<b>781.233</b>	<b>1.526.505</b>
<b>Total Vinculado</b>	<b>2.768.666</b>	<b>4.205.017</b>	<b>2.870.279</b>	<b>4.103.403</b>

- **Valores recebidos** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para a realização dos projetos e/ou eventos.

- **Recurso aplicado** - referem-se às receitas consumidas pelos projetos e/ou eventos ao longo do exercício social.

## 14 Adiantamento de Associados

	2022	2021
Contribuição de Associados	1.713.951	1.531.049
	<u>1.713.951</u>	<u>1.531.049</u>

Em 2022 e 2021, parte dos associados da Entidade optou pelo pagamento antecipado de suas contribuições associativas anuais, gerando os saldos supracitados.

## 15 Provisão para Contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível.

A Entidade, por meio da posição dos seus assessores jurídicos, não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista, cível ou fiscal, que devam estar registrados ou divulgados nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

## 16 Patrimônio Líquido

Representa o patrimônio líquido inicial da Entidade é constituído do patrimônio social, reduzido dos déficits ou acrescido dos superávits apurados anualmente desde a data de sua constituição.

Em caso de dissolução, qualificada nos termos da Lei 9.790, de 23 de março de 1999, o patrimônio líquido da Entidade deverá necessariamente ser destinado a outra instituição qualificada nos termos da mesma lei, preferencialmente com o mesmo objeto social.

## 17 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
- COFINS sobre as receitas próprias

Sobre as receitas da Entidade provenientes de Contribuições Associativas, patrocínios e apoio institucional, não incidirá ISS, por não se tratar de prestação de serviços. O PIS é devido e recolhido na modalidade sobre a folha de pagamento na alíquota de 1%. O ISS é devido e recolhido sobre receitas provenientes de cursos e pesquisa organizacional. Desta forma os impostos de renúncia serão: COFINS de 7,6% sobre as receitas de atividades e IRPJ e CSLL de 34% sobre o superávit do exercício, quando aplicável.

A Entidade não tem obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

As declarações de isenção de imposto de renda, às quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão pelas Autoridades Fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário- trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais, também estão sujeitos à revisão por Autoridades Fiscais, normativas e órgãos fiscalizadores.

## 18 Contribuições de Associados

Os valores das contribuições anuais dos associados ao GIFE são calculados de acordo com a Política de Contribuição Associativa, apresentada na Assembleia Geral Anual do GIFE de 2015, com valores atualizados anualmente e divulgados aos associados por e-mail e no website da organização.

Os valores das contribuições de associados, no exercício de 2022, alcançaram o saldo de R\$ 3.766.214 (R\$ 3.443.300 em 2021).

## 19 Receitas de Atividades - Receita de projetos e convênios e eventos

As receitas de atividades são compostas, substancialmente, pelas receitas de apoios institucionais, e de doações e patrocínios a projetos especiais e aos eventos Congresso GIFE (somente nos anos pares) e Mostra GIFE de Inovação Social (somente em anos ímpares), além de outras doações.

### (a) Natureza dos projetos e convênios - Restrito

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Avaliação	226.503	193.467
Conjunta	7.200	-
Eq. Racial	91.635	90.592
Filantropia Negra	28.228	-
Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes	45.410	192.000
LEQT	214.794	166.540
Sociedade Viva	89.220	128.800
Movimento por Uma Cultura de Doação	178.496	121.790
ISP POR	21.770	118.735
Fundo BIS	8.643	103.729
Seminário Avaliação	649.205	33.600
Congresso	-	25.120
Pesquisa Organizacional	-	20.000
Juventude	-	13.965
Grantmaking	18.353	11.715
Narrativas	2.060	270
RIS Interior Paulista	75	-
RIS DF	4.000	-
Mudanças Climáticas	206.846	-
Fomento	1.120	-
Censo	240	-
Covid19	-	141.029
	<b>1.793.798</b>	<b>1.361.352</b>

(b) **Natureza das prestações de serviços – Líquido**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Pesquisa Organizacional	20.400	91.950
Patrocínio Congresso	213.940	2.114.355
Inscrições Congresso	-	249.335
Outros Eventos	-	300
Iss s/Serviços	(2.180)	(65.325)
	<b>232.160</b>	<b>2.390.615</b>

**Apoio Institucional e Atividades Regulares**

Desde 2019, passamos a contar com um conjunto de apoiadores institucionais, contribuindo para a sustentabilidade financeira do GIFE e com suas atividades regulares, voltadas a lastrear o cotidiano de trabalho compartilhado na rede de associados e parceiros em favor do fortalecimento da filantropia e do investimento social privado no Brasil. Os apoiadores institucionais são associados que adicionam à contribuição associativa anual um aporte extraordinário ao longo de 3 anos. Esse apoio permite a manutenção das ações contínuas do GIFE no cumprimento da sua missão – na promoção de um ambiente aprimorado para o setor no país, no fomento do engajamento de novos atores no campo, na produção e difusão de conhecimentos e práticas de ação, no suporte à cooperação e articulação de esforços, e assim por diante. O saldo de receitas de apoio institucional totalizou R\$ 673.034 em 2022.

**Congresso GIFE**

Principal encontro sobre Investimento Social do Brasil, realizado bienalmente desde o ano 2000, o Congresso GIFE reúne as principais lideranças do setor, dirigentes de organizações da sociedade civil, acadêmicos, consultores e representantes de governos. Este espaço diversificado tem como missão proporcionar aprendizado, relacionamento e trabalho colaborativo entre os diversos atores envolvidos em ações sociais, culturais e ambientais. O aumento de público e dimensão do encontro, constantes desde o primeiro evento, demonstram como o Congresso GIFE tem se tornado importante na construção e renovação do diálogo do Investimento Social com outros setores, característica inerente à construção da sociedade que queremos. O 11º Congresso GIFE, concluído em março de 2021, promoveu encontros, articulações e oficinas durante 8 meses. Foram mais de 72 atividades, 220 palestrantes e 2.500 participantes únicos. O 12º Congresso GIFE está previsto para acontecer no período de 12/04/2023 a 14/04/2023, A edição de 2023 celebrará os 35 anos da Constituição Federal e propõe uma reflexão sobre o Artigo 5º, trecho que estabelece garantias fundamentais para o Brasil. Mais de três décadas depois da constituinte, 33 milhões de brasileiros passam fome, mulheres, negros, povos originários e pessoas LGBTQIA+ não têm plenos direitos constitucionais. É nessa conjuntura que o 12º Congresso GIFE convida os atores do Investimento Social Privado (ISP) brasileiro a desafiar essas e outras desigualdades estruturais.

### **Mostra GIFE**

Ao longo da nossa história, o fortalecimento contínuo dos modos de ação cidadã – na sociedade civil, no setor privado e na interação com a gestão pública – tem se mostrado decisivo para conquistas nas agendas social, ambiental e econômica, na expansão de direitos, liberdades e oportunidades. Desenvolvimento e construção pública são tarefas coletivas, e as sociedades avançam quando conseguem mobilizar o melhor de suas energias para superar desafios. O momento atual vem exigindo a renovação dessas capacidades nas várias dimensões da vida pública do país: educação, saúde, desenvolvimento social, meio ambiente e cultura, promoção da diversidade e da equidade, segurança e políticas urbanas, ciência e economia, política e democracia. Mais do que nunca, o sucesso nessas trilhas depende da nossa habilidade para renovar o trabalho em rede, reunindo atores, esforços, visões e competências complementares nos temas em que é preciso avançar.

Abaixo destacamos os demais projetos desenvolvidos pelo GIFE em 2022:

### **Redes Temáticas e Regionais**

As redes temáticas são ambientes de diálogo propostos e coordenados pelos associados GIFE, que realizam o aprofundamento de temáticas específicas do investimento social, a partir de sua atuação naquelas temáticas. O GIFE acompanha e mobiliza estas redes temáticas, fomentando debates, conexão e integração com outras organizações e assuntos estratégicos, criando oportunidades para ampliar e fortalecer as redes e suas conexões, estimulando a autonomia, diversidade e inovação, mas acima de tudo um espaço de troca entre os atores que participam de cada rede. Em 2018, mantiveram-se ativas dez diferentes redes temáticas. Em 2019, foram ativadas duas redes temáticas adicionais. Em 2020, foram acrescidas mais três redes. Em 2021, as Redes ativas foram: RIS Interior Paulista, RIS Mato Grosso, RIS Nordeste, RT Equidade Racial, RT de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente, RT Gestão e Políticas Públicas, RT Gestão Institucional, RT Grantmaking, RT Juventudes, RT Leitura e Escrita de Qualidade para Todos, RT Negócio de Impacto, RT Saúde e RIS Distrito Federal.

### **Sustentabilidade Econômica de OSCs**

O projeto sustentabilidade econômica da sociedade civil visa construir um ambiente legal, jurídico e institucional saudável para a atuação das organizações da sociedade civil. Tem como objetivo principal incidir no fortalecimento da capacidade institucional da sociedade civil por meio da produção de conhecimento e alterações normativas e regulatórias que ampliem as condições para a sua sustentabilidade política e econômica. Articula-se em torno das seguintes frentes de atuação: produção de conhecimento, comunicação, articulação e incidência. A premissa fundamental é que o protagonismo das organizações da sociedade civil na luta pela garantia e afirmação de direitos do Brasil não esteve acompanhado dos avanços correspondentes nos mecanismos de sustentabilidade dessas organizações, capazes de permitir que continuem exercendo este papel. Ao contrário, nas últimas décadas, as organizações têm experimentado ameaças à sua sustentabilidade, decorrentes, ao mesmo tempo, do cenário de insegurança jurídica na relação com o Estado, da baixa capacidade de geração de recursos próprios e da fragilidade dos mecanismos de financiamento. Este contexto é particularmente impactado pela redução dos financiamentos internacionais, escassez de recursos privados e pela dificuldade de acesso e burocratização dos recursos públicos, voltados em grande parte à prestação de serviços e não ao desenvolvimento institucional e fortalecimento da autonomia das organizações.

Para além do repasse de recursos públicos, é essencial a ampliação de recursos privados para as organizações da sociedade civil, com o fortalecimento dos mecanismos capazes de garantir sua sustentabilidade econômica no longo prazo e a ampliação da cultura de doação no país.

### **O que o Investimento Social Privado pode fazer por...?**

Entendendo a relevância do campo do investimento social privado como agente propulsor de transformação na nossa sociedade, o GIFE propõe esta iniciativa com o objetivo de lançar luz sobre temas menos evidenciados na atuação do investimento social privado atualmente, como Cidades Sustentáveis, Equidade Racial, Mudanças Climáticas, Água, Gestão Pública, Direitos das Mulheres, Migrações e Refugiados, Segurança Pública e Justiça Criminal, Democracia, Ciência e Informação e Amazônia, a partir do apoio e parceria de institutos e organizações da sociedade civil referenciadas por sua atuação em cada uma das temáticas retratadas. Com isso, o projeto “O que o Investimento Social Privado pode fazer por?” Visa promover o engajamento dos atores do campo nesses temas centrais para a agenda pública brasileira e a agenda de desenvolvimento sustentável contemporânea, ampliando a diversidade de estratégias de atuação dos institutos, fundações e empresas.

### **Agenda de Avaliação**

A Agenda de Avaliação tem como objetivo fomentar a cultura avaliativa entre os associados do GIFE, por meio da qualificação e da disseminação das práticas de monitoramento e avaliação no setor do investimento social privado e das organizações da sociedade civil. A Agenda de Avaliação é liderada e apoiada por um grupo coordenador composto por Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho e Itaú Social. Por meio desta iniciativa, busca-se afirmar o sentido estratégico dos processos avaliativos nas ações do investimento social privado, ampliando oportunidades de formação e de desenvolvimento técnico e disponibilizando materiais, informações e atualizações sobre as práticas de avaliação no campo. Além de conteúdo formativo e reflexivo, nesta plataforma também estão reunidas informações sobre cursos e eventos, oportunidades e notícias alinhados com a Agenda Avaliação.

### **Pesquisa Organizacional**

Bianual, esta pesquisa tem como foco mapear as principais práticas de gestão de pessoas e equipes, e a estrutura de cargos, salários e benefícios das organizações participantes, com o objetivo de fornecer dados e análises que possam orientar o aprimoramento de seus processos internos. Em 2022, o GIFE divulgou um recorte dessa pesquisa para que sirva como referência para as organizações que desejam fortalecer suas políticas e planos e tomar decisões baseadas em referências consolidadas. A pesquisa foi coordenada pelo GIFE e realizada com o apoio da consultoria IDEE, que foi responsável por todo processo de coleta e sistematização dos dados. A construção do questionário contou com o apoio de um comitê formado por associados e parceiros do GIFE que tinham interesse em contribuir com o aprimoramento das informações que seriam coletadas. Este relatório público contou com o apoio do Instituto ACP.



### **Mosaico**

Mosaico repositório de informações e dados sobre investimento social, filantropia e organizações da sociedade civil criado para oferecer uma experiência dinâmica de acesso a conhecimento que possibilite gerar e adensar reflexões e análises sobre estratégias, forma de atuação e estrutura do investimento social no país.

### **Base Online**

Ferramenta digital de acesso público que disponibiliza informações e dados sobre os projetos e programas dos investidores sociais em forma de listas, tabelas e, gráficos, além de apresentar as iniciativas mapeadas pelo território nacional e detalhadas em um perfil individual. A Base busca facilitar parcerias, conexões e coinvestimento entre investidores sociais, auxiliar as organizações em seus processos de tomada de decisão e dar visibilidade a suas ações e a cases do campo.

### **Publicação Temas ISP**

O quarto volume da série Temas do Investimento Social produzida pelo GIFE, busca compreender os efeitos observados no curto prazo e a resposta imediata do campo da filantropia e do investimento social privado (ISP) à emergência desencadeada pela pandemia da Covid-19, bem como captar percepções sobre os possíveis efeitos de médio e longo prazo para o setor. A pesquisa procurou mapear e sistematizar o panorama da atuação do ISP no decorrer de 2020 e analisar as reflexões que estiveram mais presentes, as oportunidades que se abriram e os desafios que se colocaram ou se aprofundaram a partir da mudança de contexto imposto pelo vírus, com foco nos aprendizados do primeiro ano da pandemia e tendências que podem permanecer no pós-2020.

### **Censo GIFE**

Produzido a cada dois anos desde 2001, o Censo GIFE é uma pesquisa bienal quantitativa, autodeclaratória e voluntária, que fornece um panorama sobre recursos, estrutura, formas de atuação e estratégias das empresas e dos institutos e fundações empresariais, familiares e independentes que destinam recursos privados para projetos de finalidade pública. A partir dos dados das instituições associadas, o Censo tem o intuito de contribuir com o planejamento, estruturação e qualificação da atuação dos investidores sociais. Nesta edição, 131 organizações responderam ao levantamento que é considerado um dos principais estudos do setor. A 10ª edição do Censo GIFE, lançada no final de 2021, contou com a participação de 131 organizações. Realizado desde 2001, o levantamento é considerado um dos principais estudos do setor e fornece um panorama sobre recursos, estruturas, formas, agendas e estratégias de empresas, institutos e fundações associadas ao GIFE. Por ser uma pesquisa bienal a mesma não ocorreu em 2022 e está prevista para 2023 a sua 11ª edição.

## **SINAPSE**

A SINAPSE é a biblioteca virtual do investimento social, que reúne publicações relevantes, nacionais e internacionais, sobre investimento social privado, terceiro setor e temas de interesse para o campo. O GIFE entende que o acesso a dados e informações de qualidade é fundamental para que os investidores sociais se tornem melhores agentes de transformação e para que o investimento social seja fortalecido, ampliado e diversificado. Nesse sentido, a Sinapse foi criada para possibilitar o acesso gratuito e ilimitado ao material produzido pelo campo e sobre o campo e, assim, promover o compartilhamento de conhecimento entre investidores sociais, outros atores da sociedade civil e academia. A SINAPSE é atualizada constantemente a partir das publicações produzidas pelo GIFE, por seus associados, parceiros e pela academia. É desejável que a Sinapse seja construída coletivamente, garantindo a abrangência de enfoques e a qualidade e coerência do conjunto de publicações, a partir da curadoria qualificada do GIFE.

## **Emergência Covid-19**

Emergência Covid-19 – Coordenação de ações da filantropia e do investimento social em resposta à crise é uma iniciativa do GIFE para contribuir com a articulação e a colaboração entre as organizações de filantropia para que possamos responder ao atual momento da forma mais efetiva, eficiente e com o maior impacto positivo possível na superação desse desafio e de todos os danos por ele provocados.

## **Artigos GIFE**

A publicação seriada traz reflexões e análises de pesquisadores brasileiros de diferentes áreas do saber com o objetivo de estimular, ampliar e disseminar a produção de conhecimento qualificado sobre o campo. Em 2021, cinco volumes foram lançados: 1) Categorias e fatores de motivação para o voluntariado: aspectos pessoais, profissionais, sociais e ideológicos. 2) Avanços e desafios na implementação do MROSC em entes subnacionais: os casos de Bahia e Belo Horizonte. 3) Retorno do investimento social privado: desafios, oportunidades e limitações de mensuração pela ótica do investidor. 4) Os entraves às doações no Brasil: reflexões sobre a legislação do ITCMD. 5) Construção de capacidade para inovação social em organizações da sociedade civil: um framework conceitual.

## **Grantmaking / GrantLab**

Lançada em 2020, a Plataforma GrantLab tem como objetivo promover a prática de grantmaking no país através do compartilhamento de conteúdo. No site, é possível encontrar informações sobre a temática, como artigos, guias, cases, infográficos, podcasts e vídeos. Há também a curadoria de conteúdos de referência publicados no Brasil e no mundo e conteúdos produzidos pelo próprio GIFE com a colaboração de associados e parceiros.

### **Grupo de Conhecimento no ISP**

O Grupo de Conhecimento reúne organizações que são referência na produção de dados e pesquisas sobre o Investimento Social Privado e sociedade civil organizada no Brasil. Juntas, têm o propósito de refletir sobre o setor, articulando atores, fomentando e disseminando conhecimento coletivamente.

### **Notas Técnicas**

A série Notas Técnicas pública obras curtas e objetivas para estimular o debate de conceitos, oferecer orientações técnicas e detalhamentos sobre modos de fazer, buscando responder questões relevantes e práticas sobre o campo da filantropia e do investimento social. Em 2021, a série publicou quatro novas edições: a) Mensuração de resultados e impactos ESG (Environmental, Social and Governance). b) Gestão estratégica para equidade racial. c) Elementos da comunicação de causas. d) Investimento social privado e gestão pública: aprendizados sobre mudanças sociais.

### **Indicadores de Governança**

Os Indicadores GIFE de Governança são um instrumento que permite a associações e fundações avaliar por si mesmos o grau de desenvolvimento de sua governança tendo como referência as linhas gerais estabelecidas pelo Guia das melhores práticas de governança para institutos e fundações empresariais, elaborado pelo GIFE e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). A autoavaliação é realizada por meio de preenchimento de questionário online estruturado em um conjunto de indicadores que refletem, por atribuição numérica, graus de governança em relação a práticas voluntárias relacionadas às distintas dimensões estabelecidas. Ao aplicar esse conjunto de indicadores, a organização obtém uma pontuação total e pode melhor desenhar os caminhos para o aperfeiçoamento de sua governança. Os indicadores estabelecem, assim, as bases para o que pode vir a ser, no futuro, um sistema de autorregulação do setor para as práticas de governança por apresentar parâmetros e promover a discussão e conhecimento sobre o tema.

### **Painel GIFE de Transparência**

O Painel GIFE de Transparência é um instrumento de transformação do cenário da transparência entre as fundações e os institutos privados brasileiros. O Painel é uma ferramenta online que organiza e disponibiliza informações institucionais relevantes sobre as fundações e os institutos associados ao GIFE a partir de um grupo de indicadores. Este instrumento permite a qualquer um observar se a organização publica em seu site a informação sobre cada indicador e acessá-la por meio de link que direciona o usuário para o dado no site do associado. A participação dos associados no Painel é voluntária: ou seja, cada organização participante autorizou a divulgação de seus dados. Ao aderir, os associados demonstram seu comprometimento com a melhoria de suas práticas de transparência, independentemente do estágio em que se encontram. A plataforma online também reúne literatura sobre o tema já produzida pelo GIFE e por outras organizações de referência, bem como relatórios analíticos sobre os dados coletados, links para experiências internacionais semelhantes e guias orientadores. O Painel GIFE de Transparência é um projeto em desenvolvimento. A perspectiva é de que o projeto se desenvolva em etapas e que os indicadores possam ser aprimorados a partir dos resultados alcançados e das análises e diálogos realizados, ou seja, da evolução do próprio tema.

### **Equidade Racial**

A rede articula os investidores sociais por meio de ações de fortalecimento da agenda de justiça racial e combate ao racismo em encontros formativos, troca de experiências, reflexão, desenvolvimento de projetos, promoção de formas e arranjos negros de filantropia, produção e compartilhamento de conhecimento e estímulo à adoção de políticas internas de equidade.

Organizações mobilizadoras da Rede: Fundação Tide Setúbal, Instituto Unibanco, Itaú Social, Instituto Ibirapitanga, Open Society Foundation, Fundação Ford e Fundação Roberto Marinho, com parceria do Canal Futura e Mattos Filho.

### **Filantropia Negra - BLACK PHILANTHROPY MONTH (BPM)**

Pelo segundo ano consecutivo, o GIFE trouxe ao Brasil o Mês da Filantropia Negra (Black Philanthropy Month), movimento iniciado nos EUA em 2011 cujo objetivo é iluminar a prática filantrópica de pessoas negras e a importância da equidade racial no investimento social. O encontro é realizado anualmente no mês de agosto e conta com edições em diversos países e regiões, como EUA, Canadá, África, Caribe e, desde 2021, Brasil.

### **Filantropia Colaborativa**

Em abril de 2022, com o propósito de facilitar e ampliar o acesso, foi lançado o site

Filantropia Colaborativa com os destaques da publicação do GIFE e apresentação dos casos sobre práticas colaborativas no ISP.

### **Sociedade Viva**

A plataforma Sociedade Viva foi lançada em julho de 2020, em meio à pandemia de Covid-19, para difundir histórias inspiradoras e construir narrativas públicas sobre o terceiro setor. Cumpridos os objetivos iniciais, o projeto se propôs a renovar o compromisso com a valorização do setor junto à opinião pública para além da pandemia e realizar uma pesquisa de opinião para saber como o Brasil enxerga o setor.

### **Mudanças Climáticas**

A 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2022 (COP 27) foi realizada de 6 a 18 de novembro de 2022 em Sharm El Sheikh, Egito. O evento reuniu líderes globais, organizações da sociedade civil, especialistas e ativistas pelo clima. Estiveram com GIFE na Missão COP 27: Instituto Votorantim, Grupo RaiaDrogasil, Fundo Baobá, Fundação Tide Setubal, e Vale, além de associados que já atuam com temáticas relacionadas às mudanças climáticas e clima.

## 20 Custos e Despesas com Pessoal

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Salários, 13º Salário, Férias, Indenizações	(1.987.255)	(1.668.360)
INSS	(501.649)	(363.437)
FGTS	(157.380)	(164.335)
PIS Sobre Folha de Pagamento	(19.595)	(16.007)
Benefícios	(233.272)	(186.689)
<b>Total Custos</b>	<b>(2.899.151)</b>	<b>(2.398.828)</b>
Salários, 13º Salário, Férias, Indenizações	(614.316)	(619.301)
INSS	(151.588)	(151.788)
FGTS	(47.557)	(47.643)
PIS Sobre Folha de Pagamento	(6.023)	(5.234)
Benefícios	(119.355)	(141.603)
<b>Total Despesas</b>	<b>(938.839)</b>	<b>(965.567)</b>

## 21 Custo e Despesas Gerais e Administrativas

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Serviços de terceiros	(1.514.021)	(2.387.927)
Infraestrutura	(37.812)	(19.746)
Suprimentos	(984)	(639)
Reuniões	(97.410)	(44.266)
Viagens	(327.466)	(112)
Comunicação	(912.419)	(1.039.685)
<b>Total Custos</b>	<b>(2.890.112)</b>	<b>(3.492.375)</b>
Serviços de terceiros	(365.209)	(513.457)
Funcionamento	(158.963)	(185.884)
Suprimentos	(28.697)	(29.144)
Reuniões	(53.844)	(27.464)
Viagens	(182)	-
<b>Total Despesas</b>	<b>(606.895)</b>	<b>(755.949)</b>

## 22 Resultado Financeiro

	2022	2021
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendimento do Fundo Patrimonial	369.326	114.321
Rendimento sobre Aplicações Financeiras	788.160	283.091
Outras Receitas Financeiras	10.370	15.372
<b>Total Receitas</b>	<b>1.167.856</b>	<b>412.784</b>
<b>Custo Financeiro</b>		
Despesas Bancárias	(1.319)	(1.977)
IOF/IOC	-	(714)
Outros Custos Financeiros	(6.433)	-
<b>Total Custo</b>	<b>(7.752)</b>	<b>(2.691)</b>
<b>Despesa Financeira</b>		
Despesas Bancárias	(2.561)	(4.327)
IOF/IOC	(7.704)	(12.256)
IR Sobre Aplicações Financeiras	(119.356)	(28.113)
Outras Despesas Financeiras	(3.076)	(15.065)
<b>Total Despesas</b>	<b>(132.697)</b>	<b>(59.761)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>1.027.406</b>	<b>350.333</b>

## 23 Gratuidades recebidas e trabalhos voluntários ou Pro-Bono

Descrição	2022	2021
Conselheiros	5.164	9.665

Conforme estabelecido no item 19 da ITG 2002 (R1) e na Resolução do CFC nº 1.409/2012, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar.

As gratuidades e trabalhos voluntários ou pro-bono identificados pela Administração como tendo sido prestados no exercício de 2022, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos e estão registrados na demonstração do resultado nas contas de “Receitas de trabalho voluntário” e de “Custos e despesas com trabalho voluntário”.

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima foi determinado a partir do valor que o GIFE estaria disposto a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

Nesse sentido a Administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que, em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração e/ou com base em informações de mercado, especialmente no caso da prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, no qual as informações sobre o custo dos serviços são amplamente divulgadas ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e a complexidade das operações da Entidade.

## 24 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

### Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

#### a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um associado ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade e representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.872.924	3.850.534
Recursos vinculados a projetos	5	2.576.898	1.964.336
Fundo Patrimonial (CDB DI)	6	3.479.245	2.761.998
Outros créditos	7	256.676	949.014
		<u>11.185.743</u>	<u>9.525.882</u>

### Caixa e equivalentes de Caixa e ativos financeiros para negociação

A política de gestão de risco corporativo determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

### Contas a receber

O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pelas contraprestações provenientes de emissão do recebimento das contribuições associativas. Não há concentração de risco de crédito no nosso modelo das atividades da Entidade.

### Fundo Patrimonial (CDB-DI)

Neste caso, o risco de crédito ocorre quando a Instituição Financeira que faz a emissão do papel, não possui capacidade de honrar com o compromisso com os investidores.

### ***Outros créditos***

De modo geral, o risco de crédito de outras contas a receber é o risco devido à incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. Do ponto de vista do risco de crédito, a Entidade avalia cada contraparte e gerência individualmente este risco.

#### **b. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

#### **c. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

#### **d. Política de gestão de riscos**

A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Administração, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

#### ***Instrumentos financeiros “Não derivativos”***

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

#### **e. Hierarquia de valor justo**

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1**– A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível 2** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;



- **Nível 3** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.  
O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras e fundo patrimonial).

## **25 Avais, fianças e garantias**

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2022 e 2021.

## **26 Eventos Subsequentes**

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

\* \* \*